

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DO BRINCAR DA CRIANÇA COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mariana Lima Teixeira Silva ¹
Marta Eliza Dos Santos Finavaro ²

RESUMO

Esse trabalho tem como proposta entender o que é o autismo, a relevância da mediação pedagógica no brincar da Criança com Autismo na Educação Infantil, cada criança tem uma forma diferente de brincar, a criança com autismo muitas vezes precisa da mediação do educador para manusear os brinquedos conhecendo suas características, e como é realizada a inclusão de crianças com autismo. Este artigo tem como objetivo compreender o comportamento do autista e como deve ser feita a mediação entre a criança com os outros de forma que, a criança sinta-se acolhida e disposta a enfrentar os desafios no caminho percorrido. A criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é marcada por perturbações do desenvolvimento neurológico, que dificulta a comunicação, leva ao isolamento social, e movimentos repetitivos. Vamos conhecer um pouco mais do autismo.

Palavras-chave: autismo; mediação; brincar.

¹ Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Santo Amaro – Unisa, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão, sob a orientação da professora Marília Dorador Guimarães. E-mail: mariana2016mtoe@gmail.com Data de entrega: 06 dez. 2021.

² Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Santo Amaro – Unisa, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão, sob a orientação da professora Marília Dorador Guimarães. E-mail: marta.finavaro@gmail.com Data de entrega: 06 dez. 2021.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da relevância da mediação pedagógica no brincar da Criança com Autismo na Educação Infantil, cada criança tem uma forma diferente de brincar, a criança com autismo muitas vezes precisa da mediação do educador para manusear os brinquedos conhecendo suas características, cada criança tem uma forma diferente de brincar criando sua própria fantasia. O conteúdo aqui trabalhado visa identificar a mediação no desenvolvimento do brincar da criança com autismo, na teoria quanto na prática, e que possa contribuir positivamente no contexto escolar, possibilitando o desenvolvimento pedagógico em relação as características ou sintomas comportamentais que compõe o diagnóstico do (TEA) Transtorno Espectro Autista. A educação é um direito garantido na constituição federal de 1988, toda Criança tem direito de participar da vida escolar pois é na escola que se aprende a socializar, ter interação uns com os outros, trabalhar em grupo, conhecer e respeitar as diferenças. Este estudo nos permitiu refletir e questionar porque os profissionais da educação demonstram desinteresse, em ensinar e desacreditar da capacidade de desenvolvimento intelectual da criança com Transtorno Espectro Autista.

O objetivo deste estudo é compreender o comportamento do autista e como deve ser feita a mediação entre a criança com os outros de forma que, a criança sinta-se acolhida e disposta a enfrentar os desafios no caminho percorrido. O conteúdo apresentado neste artigo poderá beneficiar a qualidade do ensino e intervenção com a criança com autismo, desenvolvendo estratégias para que o conteúdo trabalhado cause um impacto positivo e de inclusão.

A primeira associação de autismo do Brasil legalizada, surgiu em 1983, foi a Associação de Amigos do Autista (AMA). Há exatamente 38 anos o autismo era conhecido por um grupo muito pequeno de pessoas, e muito poucos médicos. Atualmente, embora o autismo seja bem conhecido e ser tratado como tema de vários filmes, ele ainda nos surpreende pelas diversidades de características que apresenta, também não podemos deixar de elencar que a maioria das crianças com autismo tem uma aparência de criança “normal”. É sobre esse despreparo na educação que queremos dialogar e refletir.

É importante destacar que as informações aqui disponibilizadas, foram obtidas por meio de pesquisa em livros, revistas, site e leitura de artigo. A inclusão é uma tarefa

muito complexa, por isso a escola tem o papel de construir possibilidade, reorganizar e criar adaptações como: um bom plano de aula, didática, ambiente escolar acessível, brinquedos, atividades dinâmicas, para receber com êxito a criança com deficiência e com transtorno do aspecto autista e para os demais alunos, entendendo e garantindo uma inclusão bem sucedida. Trabalhar essa temática é demonstrar que cada criança seja com autismo, ou não tem sua especificidade, tem uma maneira diferente de absorver a aprendizagem, e que os jogos e brincadeira tem uma importante contribuição no processo de desenvolvimento e de aprendizado. O professor é peça fundamental neste processo, pois, fará que tudo aconteça para um caminho de grandes resultados da aprendizagem, através do conhecimento e da ludicidade ele vai reinventar a prática profissional com olhar diferenciado para a criança autista.

2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O autismo é um transtorno complexo que afeta o desenvolvimento do sistema nervoso central e cognitivo. Essas alterações acontecem na comunicação verbal, social e intelectual da criança, apresentado em diversos graus. Logo o autismo é um distúrbio do desenvolvimento humano que vem sendo estudado pela ciência a décadas. O comportamento individual, a falta de interação com outras crianças, criar repetições são umas das características.

Para começar a fala de autismo e ter um bom vamos conhecer a questão do autismo. O autismo foi descrito pela primeira vez em 1943 pelo Drº Leo Kanner, era médico austríaco, residente em Baltimore, nos EUA. Em seu artigo Distúrbio Austísticos do Contato afetivo, Kanner descreve onze casos, dos quais o primeiro Donald T., chegou até ele em 1938. Hans Asperger, também medico austríaco em 1944, escreve outro artigo com o título Psicopatologia Austística da Infância, neste artigo Hans descreve casos de crianças bastante semelhantes as descritas por Kanner. Em fim hoje se atribui tanto a Kanner como a Asperger a identificação do autismo, sendo que por vezes encontramos os estudos de um e de outros associados a distúrbios ligeiramente diferentes.

De acordo com Mello, Autismo é um distúrbio de desenvolvimento que aparece nos primeiros anos de vida da criança. Normalmente o que chamam a atenção dos pais

é que a criança é excessivamente calma e sonolenta, quando não isto é que a criança chora sem consolo durante muito tempo.

Autismo é um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação. (MELLO,2007, p.16)

É muito difícil a aceitação dos pais que a criança possa ser autista, o autismo pode manifestar-se desde os primeiros dias de vida da criança, porém é comum seus genitores relatarem que a criança antes dos primeiros sintomas e diagnóstico eram normais. É comum também os pais fazer relação do diagnóstico com alguma situação que aconteceu na família, alguma situação de violência, situação de doenças ou alguma cirurgia que a criança tenha passado, chegada ou saída de alguém na família, perda de algum familiar, algo traumático. acabam simulando que após esse episódio desencadeou o autismo no filho.

Muitos são os questionamentos sobre quais as causas do autismo, porém ainda é desconhecida, mas acredita-se que a origem do autismo esteja relacionadas a anormalidades em alguma parte do cérebro, mas não se sabe ainda em qual parte, provavelmente de origem relacionadas a genéticas, também existe relatos que podem ser causado por problemas que tenham acontecido durante a gestação. A definição clara de autismo, para efeito de uma intervenção é que a criança tem um distúrbio de comportamento com três características que são dificuldade de comunicação, socialização e imaginação.

O autismo não é uma condição de “tudo ou nada”, mas é visto como um continuum que vai do grau leve ao severo. (MELLO,2007, Pg. 20)

Enfim a criança com Transtorno Espectro Autista se esbarra em dificuldade, que antes de ser diagnosticada enfrenta vários preconceitos, existe um desconhecimento da sociedade do Autismo e muitas das vezes traçam comentários pejorativos a respeito da criança e de seus pais. Falta a compreensão que a criança que tem autismo não é doente e sim uma criança que tem um modo diferente de se expressar e reagir. Quando uma criança não conseguiu interagir e se socializar, demonstra agitação por não conseguir ser

incluído e se expressar, mas não representa perigo e sim um olhar diferente, pois apesar de não se agravar o autismo com avanço da idade, quanto mais cedo diagnosticado, menos traumático será para a criança o processo de socialização e melhor será a qualidade de vida e autonomia da criança.

2.1 MEDIAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR: O PROCESSO DE INCLUSÃO E PRÁTICA DO PROFESSOR MEDIADOR

O professor tem o papel importante para tornar possível a socialização da criança com Autismo. Geralmente, dependendo do grau, essa criança pode ter dificuldade de interagir com os demais colegas na sala de aula, ou até mesmo no ambiente externo, pois o barulho e a quantidade de pessoas podem deixar agitados e agressivos. Alguns não seguem regras e há dificuldade de entender a relação humana. Nesse momento, é preciso que o professor tenha conhecimento na metodologia para ser desenvolvida com esse aluno, e estabelecer um vínculo mútuo no desenvolvimento da aprendizagem. O professor passa de estribo para um formador de conhecimento, ajudando esse aluno no ensino-aprendizagem.

A inclusão deve acontecer de maneira que todos possam participar juntos na sala de aula, as atividades devem ser ajustadas de acordo com o grau de cada aluno. Na maioria das vezes, quando se tem um acolhimento adequado, o ganho é bastante significativo. Não basta só a escola incluir, tem que apresentar um ensino de qualidade para todos. Principalmente aquele que tem dificuldade na aprendizagem.

É muito importante que o professor mediador conheça o aluno e o transtorno que o aluno tem. Com essas informações o professor pode traçar os objetivos para que o Autista, juntamente com seus colegas alcance seu potencial.

A educação é uma política pública de direito constituída em Lei, que proporciona para as crianças o desenvolvimento de suas capacidades transmitindo valores e práticas socioculturais, que a criança irá usar durante toda a sua vida. Depois da Constituição Federal 1988 a educação passou a ser um direito de todas as crianças. Mas tarde veio a Lei 10.172/01 que institui o Plano Nacional da educação que vem com o destaque:

Inclusão das pessoas com deficiência deve acontecer no sistema regular “[...] a educação especial, como modalidade de educação, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. (BRASIL,2001, p.126)

É Lei que os professores trabalhem e façam a inclusão dos alunos no ensino regular, porém é evidente que encontrarão desafios para que a inclusão da criança com autismo aconteça, pois, muitos professores não têm especialização para atuarem com criança com autismo e esse será o grande desafio entender e compreender a criança autista. O professor tem que aprender a lidar com a agressividade da criança, com a linguagem diferenciada, tudo isso causa uma insegurança no professor para mediar os conflitos do cotidiano e realmente fazer a inclusão.

Não podemos esquecer que incluir não é só estar matriculado ou ir à escola, inclusão significa participar, pertencer, e ter seu espaço garantido e respeitado por todos. Temos que ir além, mais que a Lei é necessário mudar a cultura da escola, pois como já mencionado a inclusão não é simples não se torna realidade só com a aprovação da Lei, tudo isso porque, por trás da discursão de matricular ou não uma criança autista em escolas regulares, escondem-se a falta de conhecimento sobre o problema e as dificuldades que as instituições enfrentam para lidar com a diversidade como um todo.

A inclusão não deve ser apenas um desafio do professor, mas sim de toda a escola e da rede de ensino. Os autistas têm gestos e atitudes diferentes, e incluí-los dá trabalho. Os educadores têm de entender o autismo, compreender que aquele aluno processa as informações de maneira diferente, tem resistência a mudanças, pode ser mais sensível ao barulho. Cada uma dessas especificidades exige adaptações na rotina, complementa. É preciso, então, criar uma rede de apoio em que o professor da turma regular, o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o coordenador pedagógico atuem em conjunto. Há que se mobilizar, também, diretores, funcionários, pais e alunos, de modo a envolvê-los em um projeto de escola inclusiva, na qual as diferenças são respeitadas e utilizadas em prol da aprendizagem.

A escola para se tornar inclusiva, deve acolher todos os alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras. Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas nos alunos que apresentam algum tipo de deficiência. (MANTOAN,2008, p.143)

É dever da escolar buscar criar um currículo adequado para qualquer aluno que apresente dificuldade particulares, ou seja, cada aluno tem sua especificidade e todos tem o direito a inclusão.

Atualmente sempre ouvimos das mídias ou das próprias escolas a afirmação que incluem todos os alunos, como já falamos anteriormente para que exista inclusão é necessário mudanças. Mudar na pratica, na linguagem, essas mudanças requerem que o professor esteja disposto a atuar em um espaço que tenha qualquer tipo de dificuldade e ele busque estratégias para superação das dificuldades.

3. IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO NA ESCOLA

Como já citado o Autismo é um transtorno global do desenvolvimento, que tem como característica a dificuldade de o autista interagir socialmente e dificuldade de comunicação, devido a isso, leva ao isolamento social, dificultando se desenvolvimento e as habilidades. A criança com diagnostico de TEA necessita de atenção especial, para que seja incluído socialmente. Muitos são os desafios para a inclusão da criança com TEA, eles têm como base os critérios do atraso e desvios sociais: a comunicação é muito limitada; Comportamento diferenciado, a questão do comportamento acaba aumentando as barreiras para a inclusão e a permanencia na escola.

Declaração de Salamanca, a transformação e abrangência no âmbito escolar foi marcado com esta declaração, pois foi após a Declaração de Salamanca que se começou a pensar em inclusão, pois seu principio é a inclusão de todas as crianças com deficiência no contexto escolar e comunitário. Diante disso a educação passa a assumir a função cultural, social e política, passando a garantir além das necessidades básicas, garanti a construção do conhecimento significativo por meio da interação. No processo de inclusão escolar a escola promove singularidade e diversidade, preparando a criança para a vida em sociedade, é necessário esse olhar da escola para a criança com autismo não é só incluir a criança, a escola deve avançar e buscar quebra os paradigmas e permitir o acesso e permanencia das crianças com TEA.

O convívio da criança Autista com diversas crianças oportuniza a socialização e a criação de um espaço de partilhas, trocas, possibilitando e estimulando a capacidade interativa, não permitindo o isolamento continuo, facilitando o processo de aprendizado, favorecendo as habilidades sociais, também promovendo o convívio com as diferenças.

O desenvolvimento social da criança, faz parte do seu ciclo, porém é necessário estímulos conforme relata Camargo e Bosa (2009, p.16), que “esse desenvolvimento somente se constrói na sequência de interações, em qualquer estágio da vida”.

É, sobretudo, determinada pelas condições em que se desenrola o desenvolvimento, incluindo as mudanças biológicas esperadas, os sistemas de relações sociais que envolvem a criança, as condições dos ambientes que circula, o nível cognitivo da criança, entre outros. Isso quer dizer que não se pode afirmar que no nível da intervenção não se possa minimizar as dificuldades que caracterizam qualquer síndrome (CAMARGO, BOSA, 2009, pag.68).

Fica claro que a inclusão faz parte do processo de transformação societária, para que a sociedade seja mais inclusiva. No que se refere ao contexto escolar sabemos que a inclusão surgiu na democratização do espaço escolar e com a transformação sobre o Transtorno de Espectro Autista. Fonseca chama a atenção para realidade da educação inclusiva do TEA, que é garantida em lei específica:

A educação inclusiva é anunciada como a forma mais recomendável de atendimento educacional para os alunos que apresentam Transtorno do Espectro Autista. É identificada hoje como o caminho eficiente para a construção da cidadania e da participação social em consonância com a perspectiva da educação para todos e com todos (CNE/CEB Nº17/2001, MEC apud FONSECA, 2014 p. 18-19).

Fonseca ainda informa que essa mudança teve a ajuda da lei 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos com Transtorno de Espectro, e estabelece seus direitos, que inclui o acesso à educação. Segundo o texto da Lei:

Art. 3º São direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista: I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
II - A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; necessidade, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.
b) o atendimento multiprofissional;
c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
d) os medicamentos;
e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
IV - O acesso:
a) à educação e ao ensino profissionalizante;
b) à moradia, inclusive à residência protegida;

- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e à assistência social. Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

A inclusão escolar, traz a garantia ao acesso de todas as crianças com deficiência, a escola se compromete a proporcionar uma educação de qualidade, não podemos esquecer que a escola também é um espaço de mediação. Nesse importante processo de inclusão, a mediação escolar é de suma importância para que haja aplicabilidade prática na evolução da criança com Autismo no ambiente escolar. A parceria entre mediador e escola vem favorecer e estabelecer metas, em tudo que se refere ao desenvolvimento do aprendizado. A mediação surgiu com o objetivo de prestar apoio e mediar as atividades escolares. Para explanar a proposta de mediação Fonseca (2014) cita de forma esclarecedora:

A mediação tem como objetivo prestar apoio nas atividades executadas pelo professor regente e/ou Direção, contribuindo para o oferecimento de espaço físico e de convivência adequada à segurança, ao desenvolvimento e ao bem-estar social, físico e emocional das crianças (alunos), nas dependências das unidades de atendimento escolar, seja da rede pública de ensino, seja da rede particular de ensino, em especial, em unidades de Educação Infantil, em salas de aulas com alunos incluídos, salas de recursos, sala de informática e laboratórios de Ciências (FONSECA, 2014, p. 33-34).

Enfim o mediador vem com a atribuição de auxiliar o processo de aprendizado, buscando traçar estratégias e ações para que o aluno com TEA possa ser incluído e respeitado nas suas particularidades e especificidades.

Dentre suas atribuições, segundo Fonseca (2014), o mediador é responsável por:

- 1 Colabora com o professor regente, na execução das atividades propostas a crianças, no desenvolvimento das atividades previstas no projeto político-pedagógico, e interagem com os demais profissionais da instituição;
- 2 Dá apoio no processo de inclusão do aluno;
- 3 Recebe e acata criteriosamente a orientação e as recomendações do professor;

4 Executa tarefas relativas a observações no registro, e avaliação do comportamento e desenvolvimento infanto-juvenil, sob orientações e supervisão junto ao professor;

5 Disponibiliza materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades desenvolvidas

6 Colabora nas execuções das atividades que visam desestimular a agressividade;

7 Colabora na estimulação da independência da criança, principalmente nos que tange a hábitos alimentares, assim como se responsabiliza pela alimentação direta;

8 Cuida da higiene e do asseio;

9 Acompanha em atividades sociais e culturais, programada pela unidade.

Enfim a mediação é uma das estratégias de intervenções, que consiste em estabelecer limites para convivência no coletivo, identificando a forma mais adequada de comunicação, para trabalhar com compreensão, prazer e com autonomia possível da criança, reconhecendo as necessidades educacionais do aluno, de acordo com o projeto político pedagógico, fazendo adaptações voltadas para o comportamento em sala de aula, habilidades de convivências sociais e na educação acadêmica. É de suma importância a mediação para a inclusão de crianças com Autismo, pois ela auxiliará na interação com o meio social e escolar.

4. O USO DAS ATIVIDADE LUDICAS EM ESPAÇOS DE APREDIZAGEM: COMO O BRINCAR PODERÁ INFLUENCIAR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ALUNO COM AUTISMO

A muito tempo o lúdico é discutido como ferramenta pedagógica de intervenção, onde os professores utilizam essa pratica para auxiliar na comunicação e no desenvolvimento escolar. Aprender brincando torna prazerosa as aulas e oportuniza uma socialização integrada e mais harmônica entre as crianças. “Brincar é a mais elevada

forma de pesquisa.” (Einstein, Albert, 1879-1955). Brincar é uma importante forma de comunicação, é por meio do brincar que a criança pode reproduzir o seu cotidiano, desta forma não será diferente com a criança autista, se brincando, pode ter a possibilidade de aprender, vamos usar a ferramenta pedagógica do lúdico para auxiliar o desenvolvimento do intelecto da criança. O ato de brincar possibilita o processo de aprendizagem da criança, pois facilita a construção das reflexões, da autonomia e da criatividade, estabelecendo, desta maneira um elo estreito entre jogo e aprendizagem.

Para definir a brincadeira infantil, ressaltamos a importância do brincar para o desenvolvimento integral do ser humano nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo. Para tanto, se faz necessário conscientizar os pais, educadores e sociedade em geral sobre a ludicidade que deve estar sendo vivenciada na infância, ou seja, de que o brincar faz parte de uma aprendizagem prazerosa não sendo somente lazer, mas sim, um ato de aprendizagem. Neste contexto, o brincar na educação infantil proporciona a criança estabelecer regras constituídas por si e em grupo, contribuindo na integração do indivíduo na sociedade. Deste modo, a criança estará resolvendo conflitos e hipóteses de conhecimento e, ao mesmo tempo, desenvolvendo a capacidade de compreender pontos de vista diferentes, de fazer-se entender e de demonstrar sua opinião em relação aos outros. É importante perceber e incentivar a capacidade criadora das crianças, pois está se constituindo numa das formas de relacionamento e recriação do mundo, na perspectiva da lógica infantil.

Para tanto temos que compreender que a criança com TEA tem a dificuldade de se entrosar e se relacionar, mas se for estimulado, dependendo do grau de autismo, pode ser que se criadas estratégias para que a mesma comece a se vincular de uma forma lúdica com outra criança. A questão sensorial e do contato do olhar no autismo, são barreiras que impedem que outras crianças se aproximem, mas não é impossível de que essa criança com TEA seja estimulada ludicamente, despertando a vontade de interagir com o seu meio.

Desde o nascimento, as crianças são mergulhadas num contexto social, o primeiro parceiro para brincar com a criança é a mãe e as primeiras brincadeiras estão relacionadas à descoberta do eu corporal: lidar com seu corpo é descobri-lo e assim descobrir a si mesmo. Depois os objetos, buscando significados, sentidos à sua existência. Segundo Machado:

“Brincar é a nossa primeira forma de cultura. A cultura é algo que pertence a todos e que nos faz participar de ideais e objetivos comuns. A cultura é o jeito de as pessoas conviverem, se expressarem, é o modo como as crianças brincam como os adultos vivem, trabalha, fazem arte. Mesmo sem estar brincando com o que denominamos “brinquedo”, a criança brinca com a cultura.” (MACHADO, 1999, p. 21- 22).

Se o brincar é nossa primeira forma de cultura, a criança autista se estimulada e incentivada, pode desenvolver potencialidades, pois é de compreensão de todos que a criança com autismo gosta de rotinas então pode se criar uma rotina continua de brincar. Pesquisadores relatam que a criança autista tem a sensibilidade para a arte, então o lúdico é a ponte de travessia que auxilia o trabalho com a criança autista.

Em síntese é de suma importância o recurso pedagógico do lúdico para auxiliar no desenvolvimento da criança autista e na socialização. Apesar das dificuldades envolvidas no tratamento de crianças com autismo, é possível usar vários jogos como aliados, sendo uma forma de estimular a aprendizagem e o desenvolvimento dos indivíduos.

Há muitos subtipos do transtorno, incluindo problemas de comportamento agitação e irritação frequente, além da realização de movimentos repetitivos. Hoje em dia, sabe-se que as causas do autismo são inúmeras, mas estudos recentes demonstram que os fatores genéticos são os que mais prevalecem na incidência do TEA.

Conclusão o estímulo do campo sensorial é extremamente importante quando tratamos de crianças com transtorno do espectro autista. Por esse motivo, é importante investir em atividades que envolvam o toque.

Vale dizer que algumas crianças autistas têm hipersensibilidade sensorial e, por isso, podem evitar essas atividades no primeiro contato. Se isso ocorrer, é importante que os profissionais e a família ofereçam novas brincadeiras de interesse da criança. Tudo isso ajuda a estreitar os laços e a empatia, fatores fundamentais para a criança com TEA. É necessário que os pequenos se sintam amados e acolhidos, para que o desenvolvimento seja o mais amplo possível. Além disso, há casos em que o indivíduo não se interessa por um determinado jogo ou brincadeira, mas isso não significa que ele não participará da atividade. Caso a criança não queira, não insista, pois isso pode causar irritação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este artigo, primeiramente, é importante dizer não há respostas para todas as questões que perpassa a educação, mas existem sim, relatos experiencias, artigos, trabalhos, livros e trocas de saberes na construção de um caminho que realmente der respostas as todas as demandas que aparece no cotidiano das escolas.

Quando abordamos o transtorno espectro autista tivemos o conhecimento que é um distúrbio neurológico com características de comprometimento da habilidade da criança na área da comunicação, interação social e no processo do desenvolvimento escolar. Sendo assim a educação especial, sob olhar da inclusão exige mudanças e grandes mudanças no sistema educacional, para que verdadeiramente a inclusão aconteça.

A criança com autismo requer muita paciência, atenção, porque quando inserida na escola ela aprende diferente, deseja diferente, pensa diferente, por esses motivos que o professor tem que ser o mediador, o elo que uni a criança ao aprendizado.

Este artigo objetivou compreender o comportamento do autista e como deve ser feita a mediação entre a criança com os outros de forma que, a criança sinta-se acolhida e disposta a enfrentar os desafios no caminho percorrido, por isso a importância de um professor com um olhar para a inclusão , ele vai corrigir ensinando , não reprimindo, pois o principio afetivo da atividade conduz a disciplina e a socialização.

Nesta perspectiva, esperamos que os direitos das crianças com autismo sejam garantidos na sua totalidade, e garantindo a mediação escolar, pois demostramos aqui a importância da mediação escolar e do professor mediador, com o intuito de diminuir as barreiras que dificulta a socialização e a permanência da criança no sistema educacional.

Finalizamos esse estudo acreditando que é possível sim, a mudança no sistema educacional, pois essa mudança tem que começar de todos que acreditam em uma sociedade empática e equânime.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos, primeiramente a Deus, que me levanta e me capacita todos os dias. Meu marido e minha filha, pela paciência, compreensão e companheirismo, a minha amiga Fabiana Maria, e a minha grande parceira Marta Finavaro, que atravessou essa ponte de mãos dadas comigo. Aos Professores pela contribuição do conhecimento, que diante de uma pandemia se reinventaram e não deixou ninguém para trás.

(Mariana,2021)

“É necessário fazer outras perguntas, ir atrás das indagações que produzem um novo saber, observar com outros olhares através da história pessoal e coletiva, evitando a empáfia daqueles e daquelas que supõe já estar de posse do conhecimento e da certeza”

Mario Sérgio Cortella

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrado durante o curso.

- As minhas filhas Bárbara e Beatriz, por compreender a minha ausência nos momentos de lazer.
- Aos meus pais e irmãos que me incentivaram mesmo longe me incentivaram na realização deste trabalho.
- A minha colega Mariana Silva, pelo companheirismo durante todo o curso.
- Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional durante todo o curso.

(Marta,2021)

REFERÊNCIAS

BOSSA, N. A **Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

BOSSA, N. A. A emergência da Psicopedagogia como ciência. **Psicopedagogia**, São Paulo , v. 25, n. 76, p. 43–48, 2008.

BRASIL. **Autismo**: orientação para os pais. Brasília : Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. **Lei n. 12.764**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3.º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis , v. 21, n. 1, p. 65–74, 2009.

DIAS, S. Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 307–313, jun. 2015.

FONSECA, B. **Mediação escolar e autismo**: a prática pedagógica intermediada na sala de aula. Rio de Janeiro: Walk, 2014.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Rev. Bras. Psiquiatria.**, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. s3-s11, maio 2006.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo**: guia prático. 6. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

MOUSINHO, R. *et al.* Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Psicopedagogia**, São Paulo , v. 27, n. 82, p. 92–108, 2010.

PERORAZIO, D. **Meu guerreiro famoso**: tudo que você gostaria de ouvir do pediatra quando seu filho é diagnosticado com autismo. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2009.

PIMENTEL, A. G. L.; FERNANDES, F. D. M. A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com Autismo. **Audiol., Commun. Res.**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 171–178, jun. 2014.

ROSA, F. V.; KRAVCHYCHYN, H.; VIEIRA, M. L. Brinquedoteca: a valorização do lúdico no cotidiano infantil da pré-escola. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul , n. 33, p. 8–27, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 9 nov. 2021.